

# As intrigas da economia

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – A crise financeira internacional deixou a equipe econômica vulnerável. Hoje, o ambiente no governo é de tensão e, não raro, há alguém buscando os culpados de terem deixado o país tão dependente dos capitais externos e exposto à fúria dos especuladores. “Toda a crise gera intrigas”, comentava ontem um qualificado assessor da presidência da República. E não faltam alvos para detonar.

O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, autor principal da sobrevalorização cambial, é o mais frágil e, com ele, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que articulou a subida de Franco ao comando do BC. Nos últimos dois dias, contudo, ambos patrocinaram uma troca de declarações destoantes com relação a um eventual acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) – um passo a mais na gestão da crise, que trincou a imagem de coesão entre Malan e Franco.

O presidente Fernando Henrique Cardoso assustou-se com a dimensão da crise que começou na Ásia e tomou de assalto as reservas cambiais brasileiras. Ficou inseguro com a situação e com a equipe e irritado com o custo político do pacote fiscal. Agora, ele quer ser melhor informado pelos ministros da área econômi-

ca. Por mais chateado que tenha ficado, no entanto, o presidente não está disposto a trocar ninguém.

“Firmes” – Ontem um alto funcionário do Palácio do Planalto garantia: “Aqui estão todos (a área econômica) firmes e contam com absoluto apoio do presidente”. Afinal, lembra essa mesma fonte, Fernando Henrique foi o avalista da âncora cambial “e a equipe econômica é dele”.

A discussão sobre ter ou não um apoio formal do FMI, caso a crise se aprofunde, está, sim, na cabeça dos economistas oficiais. Não se considera necessário fazer um acordo agora, mas há a percepção de que se for preciso, não será um tabu. As declarações de Malan para um jornal argentino, ressaltando os benefícios de um eventual acordo com o FMI, e a resposta de Franco, para outro jornal argentino, alertando para as mazelas desse eventual acordo, soaram como divergência de essência de um subordinado com seu chefe.

“Soberania” – “Se existir uma crise financeira internacional catastrófica, tanto Brasil quanto Argentina e México precisariam de ajuda do Fundo. Ninguém escaparia”, disse Franco. Ele ressaltou, no entanto, que um apoio formal da instituição representaria perda de “soberania” na condução da política econômica.

Ontem o debate sobre o assunto

prosseguiu. Em depoimento na Câmara dos Deputados, Malan referiu-se à resistências sobre ir um dia ao FMI ou não como “bravatas nacionalisteiras”, acirrando mais a visão de que há divergências entre ele e Franco. No final da noite, o portavoz do palácio do Planalto, Sérgio Amaral, disse que quem fixa posição sobre esse tema é o presidente da República, desautorizando claramente Gustavo Franco.

Fernando Henrique já definiu que tratará da questão do FMI “sem preconceitos”. Por enquanto, a postura dos assessores mais próximos do presidente é de que ir ao FMI é, no mínimo, uma iniciativa de muito mal gosto. “Não é hora de FMI. Apoio informal o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus já deu. Mas não há a menor necessidade de buscar um acordo se temos US\$ 53 bilhões de reservas cambiais”, diz uma fonte.

Há, inclusive, um certo ressentimento com o fundo que, escaldado de tantas acordos não cumpridos, negou apoio formal ao Brasil no acordo da dívida externa, no início dos anos 90, e ao Plano Real, em 1994. Mas essa é apenas mais uma discussão em meio a uma crise que abalou confiança e machucou a imagem da equipe econômica dentro e fora do governo.

“Inferno” – O certo é que a turbulência financeira que veio da Ásia colocou em xeque a decisão

tomada em 1994, de combinar uma moeda sobrevalorizada com uma economia aberta. A junção desses dois elementos de política econômica teve seu lado bom, como, por exemplo, dar um choque de competitividade nas empresas domésticas. Mas tornou o país dependente dos capitais externos, para financiar o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. Uma conta anual de US\$ 34 bilhões.

Imaginava-se, nos cálculos do presidente do BC, que o mundo estava disposto a cobrir esse buraco por alguns anos, até que o país conseguisse, com as reformas estruturais, ter poupança suficiente para andar mais com suas próprias pernas. As reformas, aqui, andaram devagar e o mundo deixou claro que não é bem assim. Mudou a situação econômica do país, as pretensões políticas do presidente da República ficaram mais custosas e criou-se um terreno fértil para a dissidência. Soma-se a isso, a revolta de ministros com os cortes de gastos feitos pelo ministro do Planejamento, Antônio Kandir, e à postura da área econômica de não consultar as demais áreas de governo na feitura do pacote fiscal.

“Estamos todos no inferno e só nos resta abraçar o diabo”, concluiu uma alta fonte da equipe econômica, para quem não adianta, a essa altura, buscar culpados.